

Pesquisa mostra que 501, de 605 cidades paulistas, perdem recursos

JULIANA JUNQUEIRA

Nem todos os Estados saíram ganhando com o Fundef. Muitos municípios de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro estão perdendo recursos para o fundo. O governador do Rio, Anthony Garotinho, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de constitucionalidade, alegando que o Estado recebe menos dinheiro do que põe no fundo. "O estudante paulista custa, no mínimo, o dobro para os municípios que os R\$ 657,00 repassados pelo fundo por aluno/ano", afirma o deputado estadual Cesar Callegari (PSB/SP).

Uma pesquisa desenvolvida pelo deputado mostra que 501 das 645 cidades paulistas perdem recursos para o fundo, ou seja, pagaram mas não receberam a mesma quantia em investimento.

"As secretarias gastam cerca de R\$ 1,2 mil por estudante", afirma Callegari. Segundo ele, o valor do repasse foi fixado sem que o ministério tenha calculado qual é a despesa do município com o estudante.

Esse é o caso de Santo André, na Grande São Paulo. De acordo com a secretaria de Educação, Selma Rocha, cada estudante da rede custa R\$ 1,8 mil e a secretaria está complementando com verba própria os recursos do Fundef. A maior parte da verba é destinada ao pagamento de professores e funcionários.

Santo André está oferecendo vagas para a 1.^a e 2.^a séries do ensino fundamental, mas não vai municipalizar a educação. "Não teremos recursos para financiar toda a rede, pois teremos de tirar da educação infantil e do supletivo nossa real de-

manda", diz Selma Rocha.

Processo – O argumento do governo do Estado do Rio é o de que o artigo 1.^º da Lei 9.424/96 contraria a Constituição Federal, ao criar um fundo de âmbito nacional, enquanto a Emenda Constitucional n.^º 14 dá essa atribuição a Estados e municípios. "Não existe uma lei estadual que regulamente o assunto e, por isso, estamos argüindo a constitucionalidade do Fundef", disse Garotinho. "Não é que sejamos contra o projeto em si, mas o governo federal não agiu de forma correta com os Estados e municípios, que entram com os recursos, enquanto a União não põe dinheiro."

O governador afirmou que o Rio transferiu, em 98, cerca de R\$ 400 milhões para o Fundef. Como a rede estadual de ensino fundamental é pequena no Rio, o Estado recebe menos dinheiro do que põe no fundo.

Segundo o MEC, a rede de ensino do Estado de São Paulo, responsável, em 98, por 78% dos alunos de 7 a 14 anos, foi a que mais se beneficiou com a aplicação do Fundef. A partir do mecanismo de distribuição de recursos de acordo com o número de estudantes, o Estado teve acréscimo, em 98, de R\$ 410 milhões na receita para a educação fundamental. O valor médio destinado por aluno estadual cresceu de R\$ 575,00 para R\$ 665,00. Mas também 102 municípios paulistas e seus 767 mil alunos ganharam com o Fundef. No conjunto, mais R\$ 168,9 milhões. O salário médio dos professores da rede estadual com 20 horas de jornada aumentou em 15,95%. (Eliana Azevedo e Sônia Cristina Silva)

GOVERNO DO
RIO ENTRA
COM AÇÃO NA
JUSTIÇA